



Docência e docentes: a luta contra a precarização da profissão que forma outras profissões, a partir da [na] pandemia de covid-19

Teaching and teachers: the fight against the precariousness of the profession that forms other professions, from the [in] the pandemic of covid-19¹

Francisco Leandro da Costa Soares

IFCE-Campus de Crateús, <https://orcid.org/0000-0001-7359-7299>,

francisco.leandro.costa.soares@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta o quão a atuação presencial do docente na pandemia de COVID-19 no Brasil mostrou-se indispensável e necessária no aspecto profissional. O objetivo deste texto é refletir sobre a fundamental atuação profissional dos professores na pandemia de COVID-19. A metodologia, baseia-se na análise de referências bibliográficas e nas experiências cotidianas observadas e relatadas pelos docentes que compartilharam a rotina educacional durante este momento ímpar que marcará gerações por uma vida inteira. Nos resultados, ainda que incipientes, percebeu-se que os fatores psicológicos, sociais, intelectuais e financeiros dos docentes foram os que mais pesaram na execução de sua função social e cidadã. Com isso, reflete-se o quanto o profissional educador, presente em sala de aula, é de exímia importância na educação, na qual devem ser destacados os seus princípios formadores: técnico, político, ético e humanista.

Palavras-chave: COVID-19. Experiências. Cotidianas. Docentes. Formadores. Pandemia.

Abstract

This article presents how the presential performance of teachers in the COVID-19 pandemic in Brazil proved indispensable and necessary in the professional aspect. The aim of this text is to reflect on the fundamental professional performance of teachers in the COVID-19 pandemic. The methodology is based on the analysis of bibliographic references and the daily experiences observed and reported by the teachers who shared the educational routine during this unique moment that will mark generations for a lifetime. In the results, although incipient, it was noticed that the psychological, social, intellectual and financial factors of the teachers were the ones that weighed the most in the execution of their social and citizen function. Thus, it is reflected how much the professional educator present in the classroom is very important in education, in which its forming principles should be highlighted: technical, political, ethical and humanist.

Keywords: COVID-19. Experiences. Daily. Teachers. Trainers. Pandemic.

¹ Esse artigo é fruto de uma pesquisa do Programa Residência Pedagógica (PRP-CAPES), Licenciatura em Geografia do IFCE - Campus de Crateús, ocorrido entre outubro de 2020 e março de 2022 na Escola de Ensino Médio, em Tempo Integral, Lions Club (EEMTI-Lions Club), no município de Crateús, Ceará.



1. Considerações Introdutórias

Nos últimos anos, o processo de formação docente tem sofrido inúmeras transformações, acompanhando os avanços das tecnologias de comunicação digital desenvolvidas na Terceira Revolução Industrial, ou Técnico-Científica, de acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (1985).

As revoluções científicas, técnicas ou industriais representam o centro da racionalidade e, assim, a capacidade de ocupar e gerir espaços antes desconhecidos. No caso das mudanças apontadas por Santos (1985) e Silva (2015), estas transformações foram direcionadas ao campo das Telecomunicações, da Computação, da Informática e da Robótica, cujos pontos recorrentes foram possibilitar: videoconferências e mensagens por mídias de comunicação em massa, como as plataformas *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *Youtube* e as ferramentas do *Google*, por exemplo.

As ferramentas digitais foram primordiais no caminhar e na remodelação emergencial do Ensino Regular transferido para o modelo remoto, visando manter a continuidade dos processos de Ensino (Ensinar) e de Aprendizagem (Aprender) durante a pandemia da COVID-19. Tudo isso em um curto tempo de organização, tendo como percalço principal a ser superado e revelado a exclusão digital dos educandos e a formação deficitária dos docentes (SOARES *et al.*, 2021).

As mudanças, quando recorrentes, trazem consigo impactos dicotômicos (negativos e positivos) para serem, de fato, compreendidas como transformações. Neste contexto, a escrita deste artigo visa pontuar e refletir sobre a fundamental atuação profissional dos professores na pandemia da COVID-19, expondo questões éticas, profissionais e culturais (SOARES *et al.*, 2021).

As transformações citadas, anteriormente, referem-se às funções, atitudes, habilidades e competências demandadas no século XXI e nos tempos que o irão se suceder. Estas demandas cobram da escola, principalmente de seus professores, sua adequação e, assim, a preparação dos aprendizes às novas realidades da cidadania, da sociedade, do mercado de trabalho e da própria ciência ao novo mundo tecnológico, informatizado e robotizado.



A partir desta breve contextualização, a problemática surgiu com a necessidade de saber: qual o papel da atuação desenvolvida pelos professores ao longo da pandemia e no pós-pandemia da COVID-19 com o retorno das aulas presenciais? Percebe-se de imediato como a subjetividade deve ser considerada na tentativa de responder a essa questão, em detrimento de tantas variáveis plausíveis na sua resolução.

Para isso, este artigo, em complemento ao seu objetivo central, também almeja refletir sobre o papel desenvolvido pelos professores ao longo da pandemia e no pós-pandemia da COVID-19, em sua transição do remoto para o presencial.

Nas subdivisões deste artigo, serão abordadas, de forma inicial, as aulas remotas e as mudanças bruscas do presencial para o remoto por conta da COVID-19 e, posteriormente, sobre a adequação e a nova roupagem que os (as) professores (as) adquiriram por conta da continuação de suas formações técnicas e pedagógicas.

2. Percurso metodológico

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa são indispensáveis em sua consolidação. Posto isto, define-se esta pesquisa como básica e, no que diz respeito à abordagem do problema, possui caráter qualitativo, de cunho observacional, com considerações. Quanto ao tipo, condiz com uma proposta descritiva, tendo em vista que os procedimentos técnicos empregados, fundamentam-se na leitura de fontes de informações científicas, tendo como base a pesquisa bibliográfica e a documental (SOARES *et al.*, 2021).

A finalidade da pesquisa é básica, pois, de acordo com Appolinário (2012), é coerentemente com o princípio da expansão teórica e conceitual. Desta forma, a escrita e a divulgação da temática são essenciais.

A construção do referido estudo, fundou-se na pesquisa qualitativa, na qual os entendimentos, com aprofundamento dos agentes estudados, são imprescindíveis na participação da construção natural de um ambiente interrelacional e contextual (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Dentro daquilo que concerne à abordagem, foi proposta a configuração das narrativas, pois, segundo Sampieri, Collado, Lucio (2013), se propõe a coletar experiências importantes na explicitação das vivências significativas e das possibilidades



de refletir, discutir e criticar, analiticamente, os acontecidos empíricos coerentes com as realidades vividas na pandemia pelos professores.

Visto isso, por conta da impossibilidade de contato físico, a oralidade seria uma fonte qualitativamente adequada. Mariani e Mattos (2012), baseados nos trabalhos de Claudinin e Conelly (2011), colocam o papel de compreender as empirias das histórias de vida e da narração.

Referente ao seu tipo, a pesquisa é descritiva. Para Appolinário (2012), sua tipologia é grafada no sentido da descrição ou interpretação da qualidade do que é real (realidade), sem interferências, ou ainda causar e construir relações próximas com o objeto analisado. Para tanto, a relação construída nas instâncias observacionais diretas do comportamento de sujeitos ativos (docentes) e que sofreram influências no contexto econômico, político e cultural criado durante a pandemia da COVID-19 (GIL, 1999).

O método utilizado para consolidar a escrita deste artigo, permeou diversos pontos. Na seção do embasamento teórico, usaram-se referências bibliográficas do assunto, tais como a LDB, documentos jurídico-normativos do Governo Federal e artigos que também tratam da temática do Ensino à Distância e dos seus impactos na educação brasileira, a exemplo da escritora Maria Helena Souza Patto (2013), da Universidade de São Paulo, e do autor Paulo Nathanael Pereira de Souza (2009), com o livro a Revolução da EaD. Além destes autores, a obra de Vanessa C. Bulgraen (2010), que fala do papel do professor na construção e elaboração do conhecimento por parte do aluno dentro da escola, também foi usada como referência.

A autora Maria Helena, que fala sobre a expansão do Ensino à Distância no estado de São Paulo, apresenta o desempenho de como se procedeu à expansão dos cursos de graduação remotos, seja pelas Universidades Estaduais e Federais, seja pelas empresas educacionais privadas, que se viram em uma inter-relação de parcerias público-privadas, uma estrutura mercantil e capitalista, devido ao grande mercado consumidor do Brasil e da incapacidade do serviço público em sanar tais carências.

O segundo autor, Paulo de Souza (2009), aborda como se deu o processo rápido e gradativo da evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs) por todo o mundo. Nessa condição, o autor, concomitantemente, traz consigo todo o desempenho da coligação entre os sistemas educacionais de vários países com os modelos de formação por meios digitais (SOARES *et al.*, 2021).



A terceira autora, Vanessa C. Bulgraen (2010), aborda a importância do profissional educador no processo de ensino e aprendizagem dos discentes na escola e a sua mediação, enquanto estimulador do protagonismo estudantil em sua aprendizagem e assimilação do conhecimento, de acordo com seus métodos de apreensão dos componentes curriculares ofertadas na (s) escola (s) (BULGRAEN, 2010; SOARES *et al.*, 2021).

3. Resultados e Discussões

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação já fazem parte do cotidiano dos sujeitos, mas, com a pandemia, esta realidade se firmou intensamente. No âmbito educacional, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) facilitam, além da comunicação e do entretenimento, a educação, conforme visível no ambiente de aprendizagens formais, levando em consideração a possibilidade de formação inicial e continuada sem a necessidade sair das nossas próprias residências, a partir da política da Educação à Distância (EaD), denominadas de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) (BARRETO, 2008; 2010; FERREIRA *et al.*, 2020; GOMES, 2009; GOMES, 2016; MELLO, 2000; PEREIRA; LOPES, 2012; ROTTA; SANTOS, 2014; ARRUDA; ARRUDA, 2015).

Levando em consideração estes aspectos, é digno de pontuar que as medidas de prevenção para a COVID-19 foram desenvolvidas devido à promulgação da Lei 9.394/1996, como estabelece as Diretrizes e Bases Educacionais Brasileiras (BRASIL, 1996; FERREIRA *et al.*, 2020). Neste documento, fazia-se uma série de exigências voltadas à atuação dos professores nas escolas da educação básica, os quais devem seguir os atributos dados no Cap. VI, art. 61 e 62:

Art.61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados ao nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á ao nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida ao nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017, p. 41-43).



Todavia, muitos dos profissionais que atuavam no ofício, no início dos anos 2000, não possuíam certificação, ou a graduação exigida pela LDB. Assim, havia uma grande necessidade de expandir as Instituições de Ensino Superior por todo o país, tanto pelas Universidades e Institutos Federais públicos, quanto pelo setor privado, contando com o apoio das TICs ou da EaD, cujas objeções remetiam-se a alcançar as exigências da LDB e das carências voltadas à formação docente (ALONSO, 2010; SAVIANI, 2011).

Em consequência da expansão da rede de ensino público do Brasil e da promulgação da LDB/1996, diante das condições de atuação estatal, viu-se no país um expressivo aumento do número de crianças ingressantes nas escolas, gerando uma demanda significativa de profissionais qualificados para garantir-lhes a alfabetização, as formações iniciais, continuadas e outras que ampliassem a sua respectiva aprendizagem pelos seus usuários.

Por este exato motivo, houve uma grande necessidade de expandir instituições que promovessem a capacitação de profissionais docentes, os quais atuariam no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Médio (regular ou profissionalizante) (BRASIL, 1990; SAVIANI, 2011; COSTA; COCHI, 2014).

A expansão das instituições de ensino em todo o país facilitou o acesso, todavia, não a possibilitou a permanência majoritária de seus ingressos. As viabilidades de políticas públicas de financiamento estudantil, como por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), contribuíram vigorosamente para a democratização do Ensino Superior e, conseqüentemente, da qualidade dos profissionais que saem dos cursos de graduação e pós-graduação das mais diversas profissões ofertadas por essas instituições, principalmente, os professores os quais modificaram a realidade de muitos estados e municípios em todo o país, gerando, por exemplo, a elevação dos indicadores educacionais e a qualidade do ensino ofertado pelas escolas municipais, estaduais e federais (VIEIRA, 2003; SAVIANI, 2011; COSTA; COCHI, 2014).

3.1 COVID-19 e a Absorção do Modelo Presencial pela Educação à Distância

Com a carência de um sistema educacional nacional público e eficiente no Brasil, de forma gradativa e expressiva, essa realidade mudou a partir dos anos 1990,



devido à retomada do papel do Estado como planejador e interventor naquilo que se configurasse como interesse nacional, referindo-se não mais somente à política e à economia, como ocorrera no Período Cívico-Militar (1964-1985), mas sim a questões de cunho sócio-infra-estrutural, a citar: escolas, rodovias, geração de empregos e distribuição de renda, dentre outras ações que deveriam ser de ordem pública (VIEIRA, 2003; SAVIANI, 2011).

As medidas colocadas em práticas voltaram-se, primordialmente, aos programas sociais de distribuição de renda para famílias de baixa renda, a investimentos na qualidade da educação e na modernização do país, investindo-se em pesquisas de ponta e na expansão da produção científica por todo o país (BIANCARELLI, 2014; SIDONE; HADDAD; MENA-CHALCO, 2016; MAGALHÃES; REAL, 2019).

Na educação, esse salto foi mais relevante, como apontado nos parágrafos anteriores. Teve-se, além da interiorização das Universidades e dos Institutos Federais, o desenvolvimento de muitos municípios que apresentavam um descalabro social explícito em sua paisagem, melhorando com a chegada de instrumentos de desenvolvimento, dignos de se ressaltar, sendo eles: hospitais regionais, empresas de grande porte, obras de infraestrutura básica, aeroportos, ferrovias, empreendimentos agrícolas, de minérios, industriais e tecno-polos, por exemplo.

Na tentativa de conter o avanço desta doença e impossibilitar que fizesse mais vítimas, tanto no interior do país, como no exterior, países como Estado Unidos, França, Itália, Portugal, Finlândia e Alemanha adotaram uma série de medidas, cujas intenções se voltavam para salvar o máximo de vidas possível.

Entre as medidas postas em vigor, pode-se apontar o uso de máscaras de proteção facial, evitar o contato físico entre indivíduos e, além disso, higienizar constantemente as mãos. Contudo, o isolamento social tornou-se a medida mais radical dentre todas, constantemente reforçada pela expressão imperativa do “fique em casa”.

Esta ação, aparentemente simples, todavia, tomou proporções nacionais significativas, pois afetou o cotidiano de milhões de brasileiros repentinamente (GARCIA, 2020; SEGATA, 2020), inclusive dos 47,9 milhões de educandos matriculados nas 180,6 mil escolas de educação básica no país, desde a Pré-Escola ao Ensino Médio, de acordo com dados quantitativos explicitados no Censo Escolar 2019,



do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (BRASIL, 2020).

Perceptivelmente, com a pandemia causada pela COVID-19 e, por conseguinte, com o isolamento social, as atividades escolares e universitárias tiveram de ser interrompidas, mesmo estando no início do ano-letivo, passando para a modalidade remota, ou o que se pode relacionar ou aproximar das atividades realizadas no ensino à distância. Contudo, seguramente, com mais deficiências estruturais, pedagógicas e psicológicas (SOARES *et al.*, 2021).

De modo geral, conforme alguns estudiosos, isso se deve a finalidade de executar a carga horária necessária à formação dos discentes da educação básica, graduação ou pós-graduação, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Nessa condição, estabeleceu-se que:

No dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria n.º 343, o Ministério da Educação (MEC) se manifestou sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19, para instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. Posteriormente, tal Portaria recebeu ajustes e acréscimos por meio das Portarias n.º 345, de 19 de março de 2020, e n.º 356, de 20 de março de 2020. Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da COVID-19. Em decorrência deste cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres orientativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais. Em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória n.º 934 que estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. E, finalmente, em 3 de abril de 2020, o MEC publicou a Portaria n.º 376 que dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19. Em caráter excepcional, a Portaria autoriza as instituições integrantes do sistema federal de ensino, quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento, a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais por até 60 dias, prorrogáveis a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital (BRASIL, 2020, p.1-2).

Levando em conta todos os aparatos jurídicos-normativos estabelecidos pelas instâncias políticas do Brasil, o Ministério da Educação flexibilizou o calendário das escolas e universidades, em decorrência da pandemia, por meio da criação de comitês



emergenciais que implantaram um sistema de monitoramento de casos de COVID-19 nas repartições de ensino. Esses comitês, por via das políticas emergenciais.

Nas mesmas dimensões e focando nas condições com as quais se encontravam os docentes da rede básica de ensino público, diversas instituições iniciaram projetos de extensão de cursos formativos continuados para professores e profissionais da Educação por meio de plataformas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAMEC), com autorização do MEC.

Por fim, houve a disponibilização de materiais que garantissem a biossegurança com relação a COVID-19, em um possível retorno às atividades presenciais, ou semipresenciais, em consonância a um fomento de pesquisas de prevenção a pandemias, por meio de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a expansão de recursos midiáticos educacionais para o Ensino Remoto Emergencial e EaD, via Programa Novos Caminhos. Outra medida foi a flexibilização das defesas de Dissertações e Teses na modalidade *online* (BRASIL, 2020).

Diante das medidas adotadas pelo Ministério da Educação, em resposta à situação pandêmica, surgiram intensos debates referentes à utilização das TICs, cuja finalidade não se remete, apenas, à condição de desfecho da situação do mundo, mas sim de uma tentativa de substituição do ofício docente em sala de aula para um ensino remoto (SOARES *et al.*, 2021).

Maria Helena Souza Patto (2013), da Universidade de São Paulo (USP), em seu artigo intitulado “O ensino à distância e a falência da educação”, aponta que, ao se tratar do ensino à distância, garantem um processo democrático do ato de ensinar pelo aumento das vagas e do número de professores da rede básica de ensino, através da renovação do ensino tradicional e da introdução eficiente dos aportes tecnológicos de informação e comunicação na escola, bem como a promissora aprendizagem eletrônica dos discentes por intermédio da interação virtual. Tais medidas proporcionariam a entrada do Brasil no grupo de nível internacional das Universidades Virtualizadas (PATTO, 2013; BATISTA, 2021; LIBÂNEO, 2007).

Com estas menções, vê-se o quanto há discursos por meio dos quais se busca o sucateamento das políticas nacionais direcionadas à educação, transformando-a em um aparato mercantil, ao invés de garantir a sua manutenção como um instrumento formador e transformador.



Sob atuações comerciais, a situação pandêmica do mundo tornou-se uma importante ferramenta cujo propósito está em inflar o domínio de grandes grupos do ramo educacional, oferecendo materiais de ponta, professores exclusivos, informações privilegiadas de concursos públicos, provas de Vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (SOUZA, 2009).

Todavia, observa-se que os êxitos da informação e da comunicação em massa deixam milhões de excluídos, configurando-se, categoricamente, na realidade socioeconômica do Brasil, devido às famílias de baixa renda e de classe média baixa, que mesmo sendo do grupo consumidor, não possuem condições de ter acesso às tecnologias nem de adquiri-las.

Portanto, há neste meio o que se denomina como desigualdade digital, o que confirma que a maioria não pode consumir os produtos de cunho digital, a citar a internet, o celular, o *notebook*, o *tablet* e outros dispositivos presentes no dia a dia do século XXI (LEBIODA, L.; OSTROVSKI CABRAL, G.; TEZZA, 2019).

Tal cenário descortina a realidade socioeconômica brasileira, além de colocar o local sagrado da docência em espaço de coletivo familiar, ou ainda de não respeitar as particularidades de docentes, discentes e familiares. Ademais, configura uma exposição máxima as aulas em meios digitais, que podem ser recortadas e fragmentadas, maculando a imagem e a identidade docente.

3.2 Docência e Pandemia: reforçar o papel do(a) professor(a) é urgente!

São inúmeras as tentativas e os meios utilizados para desqualificar o modelo público de educação no Brasil. Uma delas volta-se para a desqualificação do profissional docente, algo recorrente na História da Educação do país, com casos que já são do conhecimento do povo brasileiro, principalmente, quando se trata de uma remuneração desproporcional à carga horária desta categoria de trabalhadores, do respeito e valorização à profissão e da qualidade dos locais de trabalho, são apenas alguns dos exemplos categóricos a serem elencados aos inúmeros desafios dos educadores neste país.

Mas, presentemente, há outro desafio, muito embora escondido e imperceptível por parte da categoria que está tomando espaço dos professores de forma intensa e objetiva (BEHRENS, 2000; MORAN, 2000; BATISTA, 2021).



O denominado professor Tutor, ou profissional de tutorial, cuja prática é característica da EaD, na qual o professor transforma-se em um orientador/tutor das ferramentas do conhecimento e o aprendiz é o protagonista de seu aprendizado, regularizando seus horários de estudos, de atividades e, fundamentalmente, do seu espaço de aprendizado, não sendo a escola o seu espaço apropriado, mas sim onde ele considerar mais adequado (BEHRENS, 2000; MORAN, 2000; BATISTA, 2021).

A aula é um espaço dinâmico, com interações verbais e não verbais e de emoções, em que o (a) professor (a) precisa compreender em seu processo formativo as múltiplas expressões de comunicação e interação entre os participantes. É preciso que os (as) docentes desenvolvam o “olhar da águia e o cuidado da coruja”, pois são essencialmente humanos, com sensibilidades e aprendizagens construídas ao longo do exercício da profissão (BEHRENS, 2000; MORAN, 2000; BATISTA, 2021).

A partir disso, vê-se o quanto é importante que se reflita e se garanta a importância do professor em meio ao período da pandemia da COVID-19, pois o docente em sala de aula é insubstituível. A sua importância, em consonância as ideias de Bulgraen (2010), remete-se a construir um educador que compartilhe conhecimento e seja um mediador que coloque os saberes de forma didática e reflexiva ao discente, que irá absorver tais competências, habilidades, atitudes e valores (BULGRAEN, 2010; BNCC, 2018).

Muito além do papel da orientação, o docente assume uma diversidade de atividades imprescindíveis no aprendizado do discente, tanto intelectual, quanto profissional e cidadã, as quais ocorrem aliados a harmonia conjunta dos pais, da escola e da comunidade externa. A atuação docente de qualidade se dá pelo contato entre essas três categorias e com as práticas didático-pedagógicas dadas pelo professor no cotidiano escolar.

Durante a pandemia os docentes assumiram inúmeras funções, muitas vezes até distante do seu papel de educador. Essas funções foram consumidas na sua prática profissional, sendo necessário citar: a função de secretários, coordenadores escolares, pais e/ou responsáveis de educandos, psicólogos, psiquiatras, artistas do teatro, da música, das artes, do cinema e outras que tiveram de compor o seu papel social, político e pedagógico nesse período de instabilidade da saúde pública internacional.



As revoluções ocorrem no intuito de modificar e superar as estruturas e os padrões já ultrapassados. Porém, o trabalho do profissional docente já se configura como um movimento revolucionário e em constante atualização. Ultrapassam-se costumes, padrões e produções antrópicas, mas não se faz a obsolescência programada do professor, um profissional fundamental na formação de tantas outras, aquela que é imprescindível para tantos avanços e superações, seja para aqueles que as adversidades são o ar constante que inalam, seja aos embates das enigmáticas interrogações criadas pelos intelectuais, cuja maioria, também, passou pelos professores formais, capacitados adequadamente, e pelos informais, capacitados pelo ato constante de viver (BEHRENS, 2000; MORAN, 2000; LIBÂNEO, 2007; PEREIRA; LOPES, 2012; BATISTA, 2021).

3.3 O Novo Normal: o retorno das aulas presenciais

O ano de 2021 foi marcado por ser um ano letivo com dois modelos de ensino, isso porque, no primeiro semestre, as aulas prosseguiram na modalidade remota por dois motivos: o primeiro, deve-se à questão de a vacinação não ter ocorrido, nem ter sido iniciada ou disponibilizada para a população em sua totalidade e, a segunda, remete-se à continuidade em relação ao ano de 2020.

Todavia, com o avanço das vacinas para a população em geral, em todo o Brasil, muitas escolas, a partir do mês de agosto de 2020, iniciaram as aulas no modelo híbrido, que significa dizer que as turmas seriam divididas 50%/50%. Desta forma, uma parte ficaria no turno do matutino e o outro no turno vespertino.

A caracterização se dava pela utilização de um horário construído pelo Núcleo Gestor em coletivo com os professores. Conseqüentemente, com os horários definidos, era do conhecimento de todos, mediante tal organização, quais turmas estavam no presencial e/ou no híbrido.

Outro reforço eram os modelos de avaliação e de acompanhamento por parte dos profissionais no decorrer das aulas, junto da frequência que os discentes se inscreviam para oficializar sua presença no modelo presencial e/ou remoto. Com um determinado tempo, as turmas, caso quisessem e a escola permitisse, ou possuísse condições para tal, poderiam alternar. À vista disso, aqueles que estavam no turno da manhã, iam para a tarde, e vice-versa.



Nesse modelo, os docentes tiveram que trabalhar em ambas as modalidades de ensino, tendo de alternar e repetir conteúdos, recursos, metodologias, avaliações e exames em ambas as turmas, aumentando-se a carga horária pelos professores e os seus níveis de dedicação com a escola e os educandos.

Nas entrelinhas do modelo híbrido, muitos dos discentes, por diversos motivos, não retornaram para as aulas no presencial. Deste modo, permaneceram todo o segundo semestre de 2021 na modalidade *online* e parte no presencial, com as recomendações de combate à COVID-19, seguindo, também, as diretrizes de suas respectivas escolas atuantes no modelo híbrido.

Como consequência das constantes condições e excessivas horas de trabalho, de acordo com Pinho *et al.* (2021), surgiram diversos problemas relacionados a questões psicológicas, financeiras e emocionais.

Convergente com a autora citada, Bernardo, Maia e Bridi (2020) e Souza *et al.* (2021) apontam o quanto a qualidade do trabalho dos profissionais do magistério sentiu por sua precarização ao longo do período pandêmico. Diante deste contexto, é válido citar o aumento dos gastos financeiros com a finalidade de conseguir recursos de trabalho em suas residências, justamente a instabilidade emocional, física e mental. Com o intuito de complementar, Araújo, Pinho e Masson (2019) destacam outros problemas de saúde entre os docentes como, por exemplo, o desenvolvimento de transtornos mentais e de distúrbios musculoesqueléticos e vocais.

Os reflexos de uma pandemia com impactos tão complexos carregaram consigo diversos ensinamentos e aprendizados sobre o sentido de viver. O viver aqui está intimamente relacionado às formas de aproveitar os diferentes momentos possibilitados na constante renovação dos dias e das noites.

4. Considerações Finais

Com as mudanças condicionadas pela evolução das Tecnologias Informacionais e sua união com a Educação por todo o mundo como uma ferramenta de ensino e aprendizagem por seus usuários, vê-se que elas buscam, em nome da otimização dos lucros por empresas que são do ramo da Educação, a substituição do seu símbolo fundamental que é o docente e a transformação do ensino presencial em um remoto.



A partir da leitura dos dados e das referências acima, foram vistos dois temas principais. O primeiro, deve-se ao fato de que a pandemia explicitou os desafios socioeconômicos que o país vive, pois, nos últimos anos, foram apenas mascarados e a condição pandêmica aprofundou essa situação problemática.

O segundo, está atrelado ao fato da indispensável importância do profissional educador e docente na aprendizagem de milhões de alunos diariamente. Sendo tal ofício insubstituível por trabalhos via recursos digitais. O papel docente não está atrelado somente à presença escolar, mas, acima de tudo, ao acompanhamento dos educandos, avaliando-os e examinando-os constantemente por meio dos processos de mediação e assimilação.

Tratar da aprendizagem do professor-aluno e aluno-professor sob a ótica da reciprocidade de aprendizagens continuadas e gradativas no processo de formação dos estudantes durante a estadia na Educação Básica e Superior, é algo que se consolida com o passar do tempo escolar e o desenvolvimento das competências, habilidades, atitudes e valores.

Nesta perspectiva, o papel de docente deve sempre estar em revalorização contínua, acima de tudo, seja pelas políticas públicas, seja pela sociedade civil, pois todos passam por docentes durante a vida, buscando formação intelectual, profissional e cidadã, os quais construirão o amanhã, a partir das aprendizagens que adquiriram no ontem, com os exemplos na escola, com os pais e com a comunidade externa do cotidiano.

O objetivo deste trabalho, remete-se em tratar do papel dos docentes no caminhar da Educação em meio a um momento de complexos acontecimentos que foi a pandemia da COVID-19. Buscou-se refletir sobre a imprescindível função realizada no aspecto profissional, intelectual e de cidadania pelos educadores e, em ambos, se considerou atendidos ao longo de seu início e finalização.





REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBs9L6Rv38CGWcnq7Kn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 de fev. 2022.

<https://www.scielo.br/j/es/a/TgSHBs9L6Rv38CGWcnq7Kn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 de fev. 2022.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.

ARAÚJO, T. M. de; PINHO, P. de S.; MASSON, M. L. V. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 1-14, mar. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6N6kdJSqqHkLg/?lang=pt>. Acesso em: 05 de fev. 2022.

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, jul./set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

BARRETO, R. G. A formação de professores a distância como estratégia da expansão do ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.229-1.318, out./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/V8RtQrhtzydP3L4PnPXdCRz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2022.

BATISTA, C. F. de C. O uso de ferramentas digitais no ensino remoto. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, nov. de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/43/o-uso-de-ferramentas-digitais-no-ensino-remoto>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em:

https://uab.ufsc.br/files/2008/07/1_decreto_56221.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB: **Lei 9.394/1996**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 58 p., 2017.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico. Inep, 2020.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Inep, 2019.

BRASIL. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **MEC/CNE**. Brasília, n. 0334 p. 1-24, abr./2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 maio. 2020.

BEHRENS, M. A. **Formação continuada de professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2000.

BERNARDO, K. A. S.; MAIA, Fernanda L.; BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia COVID-19. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 8, n. 14, p. 8-39, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/19908>. Acesso em: 04 jan. 2021.

BIANCARELLI, A. M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 58, p. 263-288, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxtBNXgtwvc9GZmxvCTwPmP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BULGRAEN, Vanessa C. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 4, p. 30-38, ago./dez. 2010. Disponível em: http://www.moodle.cpscetec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FOP_d03_a04_t07b.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2022.

COSTA, C. J.; COCHIA, C. B. R. A expansão do Ensino Superior no Brasil e a Educação a Distância: instituições públicas e privadas. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 21-32, 5 mai. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/23756>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2022.



FERREIRA, L. F. S.; SILVA, V. M. C. B.; MELO, K. E. da S.; PEIXOTO, A. C. B. Considerações sobre a formação docente para atuar online nos tempos da pandemia de COVID-19. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-20, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24761>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GARCIA, L. P. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, p.1-4., abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/CnRrjrVGFZZmYsy9YcKfvry/?lang=pt#:~:text=Embora%20existam%20evid%C3%AAsncias%20experimentais%20de,redu%C3%A7%C3%A3o%20ocorra%20em%20ambientes%20comunit%C3%A1rios>. Acesso em: 23 mar. 2022

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. A. C. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 21-27.

GOMES, S. dos S. Letramento digital na formação inicial de professores: a visão de graduandos de pedagogia EaD. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 3, p. 579-592, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/15941>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LEBIODA, L.; OSTROVSKI CABRAL, G.; TEZZA, R. A Homogeneidade da Inclusão Digital no Brasil: Sonho ou Realidade?. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-18, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/19118#:~:text=Os%20resultados%20obtidos%20mostram%20que,a%20ser%20alcan%C3%A7ado%20pelos%20brasileiros..> Acesso em: 23 jan. 2022

LÉVY, P. **As tecnologias das inteligências**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

MAGALHÃES, A. M. S.; REAL, G. C. M. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 23, n. 2, p. 467-489, jul. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3485>. Acesso em: 19 fev. 2022.



MARIANI, F.; MATTOS, M. CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011. 250p. **Revista De Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n. 47, p. 663-667, set./dez. 2012.

Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1766>.

Acesso em: 10 nov. 2020.

MELLO, G.N. Formação inicial de professores para a educação básica: uma revisão radical. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98- 110, mar. 2000.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/d6PXJjNM3qJBMxQBQcVKNq/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 24 mar. 2022.

MORAN, J. M. *et al.* **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 dez. 2020.

PATTO, M. H. S. O ensino a distância e a falência da educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, abr./jun. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/dddbR9B35pCZYM3nxJB47Pz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2022.

PEREIRA, M. de F. R.; LOPES, L. F. A Conae a EaD na formação inicial de professores - mas não de todo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 45e, p. 253-265, mai. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640121>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PINHO, P. S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da COVID-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, jul. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ROTTA, M., SANTOS, C. B., BRASIL, G. B. Uma análise sobre a educação à distância como instrumento de políticas educacionais voltadas para formação de professores. **Revista Electrónica Actualidades Investigativas en Educación**, Costa Rica, v. 14, n. 1, p.1-20, jan./abr. 2020. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=44729876012>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.



SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, abr. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SEGATA, J. COVID-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 57 p. 275-313, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ycJMLJqQMrMZZMqPSrw9Yqg>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 15-32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/tvBDyptMBFSxRSt3VngySRC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SILVA, P. F. J. da. **Geografia das telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

SOARES, F. L. da C. *et al.* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 8., 2021, Campina Grande. **Em tempos de pandemia e sempre: professor (a) de geografia presente!**. Campina Grande: Realize Editora, 2021, 12p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80056>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

SOUZA, K. R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-14, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw>. Acesso em: 4 jan. 2021.

SOUZA, P. N. P. de. **A revolução da EaD**. Agitação: São Paulo, 2009.

VIEIRA, L. R. A expansão do ensino superior no Brasil: abordagem preliminar das políticas públicas e perspectivas para o ensino de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 8, n. 2, p. 81-97, mar. 2003. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1224>. Acesso em: 19 fev. 2022.